

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

ARTHUR ALBUQUERQUE DAINEZ

PROJETO DE MESTRADO

**A ciência paulista a serviço da conquista territorial: O papel da
Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo na ressignificação
do “Sertão desconhecido”(1905-1914).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de História da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo - PUC/SP como pré-requisito
para a obtenção do Título da Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Alberto L. Schneider

**SÃO PAULO
2023**

RESUMO

O projeto de pesquisa pretende investigar a discussão acerca das representações do “Sertão” do extremo oeste paulista empreendidas pela elite político-econômica paulista por meio das produções da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. Busca analisar os sentidos do processo de integração do território considerado “desconhecido” pela cartografia ao circuito produtivo do complexo cafeeiro. Por meio da investigação dos relatórios de expedição, dos boletins informativos e das produções fotográficas e cartográficas da Comissão, pretende-se examinar o papel das ideologias geográficas por trás dos discursos e dos projetos envolvidos na conquista do espaço. Pensando o papel da ciência e da técnica no processo de construção dos projetos modernizadores nas duas primeiras décadas do século XX, a pesquisa busca compreender as transformações ocorridas no oeste paulista a partir da produção dos saberes estratégicos que atuavam a serviço da conquista espacial.

INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

A presente proposta de pesquisa busca se inserir no debate sobre a história da formação territorial do Estado de São Paulo, na virada dos séculos XIX e XX, visando analisar a configuração espacial do território na conjuntura do avanço da economia cafeeira, dos projetos de expansão da rede ferroviária e de ocupação do chamado “terrenos desconhecidos” à oeste do estado. Busca analisar o papel das representações cartográficas no processo de incorporação desses espaços ao circuito produtivo. Para tal discussão optou-se ter como objeto a produção intelectual das instituições que visavam produzir conhecimento científico acerca do território. A Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo(1886-1930) é central para a compreensão da produção de diversos saberes acerca do território do estado.

A discussão se insere no contexto histórico marcado pela pujança da elite cafeeira paulista na economia e na política do Brasil, durante a conjuntura de construção de um projeto modernizador no início do regime Republicano. São Paulo, que além de dominar a produção mundial de café, ainda dominava o cenário político nacional com a sua “emergente burguesia regional”¹.

Desde final do século XIX a província de São Paulo supera em produção de café outras regiões do país, como Rio de Janeiro e Minas. Com isso evidenciava-se a mudança no equilíbrio político-econômico do país. São Paulo, entre 1870 e 1920, representava o estado mais dinâmico, não só devido a sua situação econômica privilegiada, como também por ter a melhor "integração interna", garantida por sua extensa rede ferroviária e de comunicação entre o interior e a capital.(MOI,2005, p.21.)

Refletir sobre tamanho “êxito”, porém, é fundamental. Embora o estado se encontrasse em um momento de dinamismo e de rápido crescimento da empresa cafeeira, a representação que esta elite buscava construir, contrastava com a situação vigente, principalmente na questão acerca do território paulista.

Cláudia Moi(2005) discute que no final do século XIX permanecia, em meio ao circuito letrado das demais regiões, uma imagem de São Paulo ligada ao atraso, tal como nas descrições dos viajantes estrangeiros(como Auguste de Saint-Hilaire, em *Viagem à província de São Paulo*,1818-22) que representavam a então província como "acanhada, interiorana, isolada ", habitada por gente "atrasada" e apegada a "costumes antigos". Segundo a autora,

¹ Ver Warren DEAN. A industrialização durante a República Velha in: História Geral da Civilização Brasileira. 2ª ed., São Paulo: Difel. 1977, v.1, p. 251-283.

crescia no interior da elite paulista o debate político/intelectual da tarefa de tornar o estado proeminente no cenário nacional tal qual a sua força econômica.

O positivismo e o evolucionismo darwinista, transformados em parâmetros de veracidade, conformaram boa parte das convicções científicas e políticas no círculo intelectual paulista. A ideia de uma “burocracia científico-tecnológica”², categoria utilizada por Nicolau Sevcenko(1998) para definir a elite política-econômica que compartilhava o ideário do “progresso” e da “civildade” da ciência como motor do avanço de São Paulo, é fundamental para o entendimento dos projetos desse grupo acerca do território. A partir desse referencial é possível compreender a preocupação de superar os entraves que dificultavam o avanço capitalista para o “sertão” à oeste do estado.

É de suma importância destacar que o presente estudo pretende se debruçar em um contexto específico da estruturação territorial de São Paulo no avanço da marcha do café. Compreende-se que o desenvolvimento do complexo cafeeiro paulista, iniciado na primeira metade do século XIX, no Vale do Paraíba, teve seu avanço para as regiões centrais, ao norte e a oeste até a década de 1880. O recorte temporal e espacial a ser analisado compreende o movimento da conquista do extremo oeste do estado nas primeiras décadas do século XX. Região que não havia sido incorporada ao circuito produtivo e que era representada pela cartografia do período como “terrenos despovoados”, “sertão desconhecido”, “ “terrenos ocupados por indígenas ferozes”³.

A presença de uma grande parcela do território paulista ainda sem conhecimento sistemático passou ocupar um lugar de destaque no debate da elite paulista na virada do século. Os interesses dos fazendeiros e empresários na exploração das riquezas naturais e na apropriação das terras fez com que o poder público passasse a intervir diretamente na questão, criando instituições que produziram o conhecimento necessário para as atividades almejadas. Aspecto discutido por Cláudia Moi:

Os argumentos principais centram-se nas noções de "embaraço da administração" do poder público (composto de representantes da elite de fazendeiros e comerciantes de café) que deixam de explorar os "recursos naturais" e gerar a "expansão da riqueza pública" pela ausência de estudos científicos. Através da ciência se solucionaria "definitivamente" o "problema da colonização" e/ou ocupação do território paulista.(MOI, 2005, p.28)

A autora também verifica que entre 1870 e 1940 foram criadas diversas instituições científicas governamentais caracterizadas por uma forma sistemática de pesquisa com

² Nicolau SEVCENKO. Introdução in História da Vida Privada no Brasil: República da Belle Époque à Era do Rádio, São Paulo: Cia das Letras, 1998, v. 2. p. 17.

³ BEIER, José Rogério. Sertão desconhecido? A representação do Oeste paulista no Mappa Chorographico da Província de São Paulo (1841). In: Tempos Históricos, v. 18, n. 2, 2014. p. 457-490.

resultados voltados diretamente para o poder público. Neste sentido verifica-se a criação do Instituto Agrônomo de Campinas(1887), o Instituto Bacteriológico de São Paulo(1892), o Museu Paulista e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ambos em 1893. Contudo, destaca-se a criação da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo(1886) na questão das estratégias estabelecidas para a produção de conhecimento do território.

A Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo(CGG), criada por um decreto estadual em 1886, nos fins do Império, foi uma das primeiras instituições científicas criadas pelo estado. Uma instituição fundamental para a produção da ciência paulista e nacional, que durante seus quarenta e cinco anos de existência contribuiu em diversas frentes para os projetos de desenvolvimento dos governos da época. Foi criada nos moldes da antiga Comissão Geológica e Mineralógica do Império(1875-1877), tendo como primeiro dirigente o naturalista norte-americano Orville Derby. O estrangeiro trabalhou na CGMI e foi requisitado pelo governo paulista para planejar e organizar a comissão paulista. Ficou à frente da instituição até 1905, quando foi substituído pelo engenheiro João Pedro Cardoso.

As ações de Orville Derby na direção da CGG não foram bem aceitas pela elite cafeeira, que esperava uma produção direcionada para seus interesses práticos de expansão para o Oeste. Entre 1890 e 1905 a instituição não realizou expedições, focando seus trabalhos nos serviços de meteorologia e botânica. As críticas à Derby foram frequentes nos veículos de imprensa, onde as personalidades políticas e os influentes cafeeiros faziam questão de destacar a permanência de uma “mancha”(forma pela qual se referiam à ausência de informações) nos territórios do sertão. Catorze anos na chefia da Comissão e somente um terço do território havia sido mapeado. Para ilustrar melhor este ponto, destaca-se o discurso do deputado Washington Luís, em 1904, sobre o debate territorial:

Que é esse território? Apesar de se achar a um dia de distância desta capital por estrada de ferro, esse território, segundo o dizer comum já a ninguém suscitabiliza, é desconhecido, pouco explorado e habitado por indígenas; é mais do que isso, é uma zona misteriosa e envolve-se em lendas, algumas pavorosas(...) É indispensável, pois, fazer o reconhecimento geographico dessa região, civilizar o indígena, arrotear a terra, para apagar do nosso progresso esse borrão que o enfeia.(Washington Luís, 1904)⁴

A empreitada de efetivo reconhecimento do “Sertão” vai entrar com destaque na pauta da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Em 1904 o secretário, Carlos Botelho, realizou uma profunda reforma nas diretrizes do órgão público, reestruturando a CGG e ampliando a pasta da secretaria para os campos “estratégicos” da infraestrutura(estradas de rodagem, viação, comércio) das terras, da imigração e colonização.

⁴ Anais da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo. 48ª Sessão ordinária de 6 de julho de 1904, org. B. Sabino e N. de Oliveira (compiladores). São Paulo. 1905, p.315-16.

Gilmar Arruda(1999) salienta o caráter político por trás da reestruturação, a permanência dessas lacunas no estado demonstrariam fraqueza da administração. A execução e divulgação dos trabalhos científicos tinham uma dimensão publicitária, como forma de divulgação técnico-científica para os setores privados dos setores agrícolas e de transporte.

A reforma de Carlos Botelho coloca à frente da Comissão o engenheiro civil João Pedro Cardoso, formado na escola politécnica do Rio de Janeiro, por seu alinhamento com os aspectos práticos almejados pela secretaria. Segundo Lucio(2014), Cardoso era caracterizado por um perfil “profissional” e “empreendedor”, havia trabalhado na construção de ferrovias, identificado diretamente com as ações pragmáticas de aplicação da ciência. O engenheiro ficou na chefia da instituição de 1905 até o seu desmembramento em 1930. Contudo, destaca-se aqui os seus primeiros anos de gestão, período na qual a questão da eliminação da “mancha” do Oeste foi central nas ações da CGG. Entre 1905 e 1914 as viagens de exploração atingem o seu auge, assim como uma vasta publicação dos relatórios destas expedições.

Para compreender de maneira mais clara a imagem que estava sendo construída acerca da região em destaque é relevante explorar os sentidos que o termo “sertão” assume. A contribuição do geógrafo Antônio Robert Moraes é muito significativa para o entendimento da questão. Uma parcela de território não pode ser considerada como sertaneja por si só, é um símbolo imposto e carregado de valores específicos, não existindo enquanto um produto da natureza. Seria impossível, segundo o autor, um “Sertão empírico”. O que cabe em nossa análise é pensar justamente no valor atribuído à essa categorização, quais os significados impressos na paisagem que fazem com que ela seja vista e representada dessa maneira. Moraes(2003) destaca que é fundamental pensar nas “ideologias geográficas” enquanto elementos fundamentais para interpretar as caracterizações geográficas acerca do território de São Paulo.

Não se trata de um resultado de processos da natureza na modelagem de uma porção da superfície terrestre(como um ecossistema, um bioma, ou um compartimento geomorfológico), e nem do resultado de processos sociais na criação de um espaço produzido pela sociedade(como uma plantação, uma vila ou uma cidade) [...] Desse modo, não há possibilidade de realizar uma caracterização geográfica precisa das localidades sertanejas, pois estas não correspondem a uma materialidade terrestre individualizável, possível de ser localizada, delimitada e cartografada no terreno.(MORAES, 2003. p. 2).

O “sertão” é uma condição imposta à determinada localidade, mas sem fronteiras visíveis e verificáveis. Cláudia Moi(2005) destaca a influência da literatura do século XIX na formação das imagens desses espaços “sertanejos” no imaginário das elites letradas paulistas. Resgatando a obra “Os Sertões” de Euclides da Cunha, a autora explora a dicotomia

colocada entre um espaço “civilizado” e de outro “incivilizado”, onde a civilização se encontra no litoral e a incivilidade no sertão. Também pontuada por Moi, os escritos de Alfredo Taunay sobre sua experiência na Guerra do Paraguai, “A retirada de Laguna” retrata um “sertão paradisíaco” por conta de suas belezas naturais. Essas cartografias literárias⁵ são fundamentais para compreender de que forma os letrados paulistas estavam caracterizando o sertão paulista, forjando a categoria a partir desse imaginário. Localidades com poucos relatos, distante, de difícil acesso, com tipos humanos exóticamente representados (sertanejos e indígenas).

Enfim, o sertão é uma figura do imaginário da conquista territorial, um conceito que ao classificar uma localização opera uma apropriação simbólica do lugar, densa de juízos valorativos que apontam para sua transformação. Nesse sentido, a designação acompanha-se sempre de um projeto (povoador, civilizador, modernizador), o qual almeja – no limite – a superação da condição sertaneja. Trata-se de um espaço a ser conquistado, submetido, incorporado à economia nacional: uma área de expansão[...] Tem-se o sertão como um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão. Na verdade, tratam-se de sertões, que qualificam caatingas, cerrados, florestas, campos. Um conceito nada ingênuo, veículo de difusão da modernidade no espaço. (MORAES, 2003, p.6).

Esta alteridade geográfica que se constitui entre o “Sertão” e o “Território da Nação”, entre o “civilizado” e o “incivilizado”, a dicotomia entre avanço e atraso, foram pautas centrais nos debates daqueles que pensavam na modernização de São Paulo no início do século passado. É fundamental a análise de Moraes, ao pensar nos sertões como um “espaço-alvo” de projetos, justamente por atraírem o interesse de agentes que pensam na transformação e ressignificação dessas paisagens. Embora marcado como diferente, arcaico, o espaço sertanejo pode ser entendido como um “fundo territorial”, ou seja, um autêntico estoque de terras e recursos naturais para onde se almeja avançar.

Outra questão fundamental para a compreensão das dinâmicas das formações sócio-espaciais no Brasil é colocada por Moraes(2004), em sua obra *Território e História no Brasil*. Neste trabalho o autor defende a particularidade histórica dos “Estados de formação colonial”⁶, onde a geografia adquire centralidade singular, pois tais países se tratam de formações criadas na conquista de espaços, que tinham na apropriação de novas terras a sua razão de ser. O trecho a seguir ilustra bem esta característica debatida:

⁵ “Cartografias literárias” é uma expressão que tomamos emprestada de Franco Moretti, que em seu livro *Atlas do romance europeu*, a utiliza para explicar como os mapas podem nos ajudar a compreender a história da literatura na Europa do século XIX. Franco MORETTI, *Atlas do Romance Europeu (1800-1900)*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

⁶ MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005. p.72.

Nos países de formação colonial a dimensão espacial adquire considerável potência na explicação de suas dinâmicas históricas, pois a colonização é em si mesma um processo de relação entre a sociedade e o espaço. A colonização envolve uma sociedade que se expande e os espaços onde se realiza tal expansão, implicando apropriação da terra e submissão das populações autóctones defrontadas.[...] Vale salientar que muitas das determinações coloniais permanecem vigentes mesmo após os processos de emancipação política de tais países. Na formação brasileira todos os condicionantes da conquista espacial mantêm-se ativos num país marcado pelo domínio de vastos fundos territoriais. (MORAES, 2004. p. 91).

O espaço a conquistar aparece como eixo estruturador da vida social, que molda as instituições e as relações vigentes ao longo do processo de formação do Brasil. Tal condição justifica a atração para as áreas ainda não devassadas pela colonização, de conhecimento incerto e assinaladas de forma genérica nas cartografias coloniais como lugares ainda sob domínio da natureza.

OBJETIVOS

O objetivo geral do projeto é estudar as representações e as ações da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo no processo de construção territorial paulista, buscando compreender os argumentos geográficos explícitos e implícitos nos projetos e nas práticas dos agentes envolvidos na conquista espacial do “Sertão” do Oeste Paulista. Elege-se a instituição como objeto a ser analisado tendo em vista o seu papel estratégico na investigação dos movimentos e transformações do espaço ao longo da expansão do complexo cafeeiro e da rede ferroviária para estas regiões nas primeiras décadas do século XX.

Buscando compreender a formação histórica do estado por meio das políticas territoriais na produção do espaço, intenciona-se analisar os discursos geográficos (discursos referidos ao espaço terrestre) presentes no debate da elite paulista e sua reverberação nos trabalhos da CGG. Partindo de uma abordagem processual, compreendendo o território como resultado histórico da relação da sociedade com o espaço, pretende-se resgatar o debate da geografia com a história nas “relações espaço-temporais”⁷ que envolvem objeto da pesquisa.

Os objetivos específicos da pesquisa tem como base a investigação das produções cartográficas, fotográficas e textuais da CGG entre os anos de 1905 e 1914, período onde ocorreram as expedições do Feio-Aguapeí (1905), rio do Peixe (1905), rio Tietê-Paraná e Paranapanema (1905-1906) e a do rio Grande (1910), assim como a publicação de relatórios oficiais, de boletins e de mapas. Buscando compreender a relação entre a produção do

⁷ Ver em: Milton Santos. Relações espaço-temporais no mundo subdesenvolvido. Seleção de textos AGB 1, São Paulo, 1976.

conhecimento científico, a circulação e os usos desses saberes por parte dos agentes sociais ligados aos setores agrícola e ferroviário.

Ainda como objetivo específico da pesquisa se pretende analisar as produções cartográficas do território paulista elaboradas a partir de meados do século XIX, como forma de estabelecer uma *cartobibliografia* do Oeste paulista. Conceito de John Brian Harley que consiste em reunir uma série de mapas contendo representações históricas de uma mesma área, a fim de que essas cartas possam ter seus diversos elementos comparados. Para Harley(2005), a *cartobibliografia* permite não só “reconstituir uma sequência de mudanças geográficas e de outros tipos em mapas relacionados entre si”.⁸

Como último objetivo específico da pesquisa destaca-se o aspecto da representação dos indígenas Kaingang, etnia que resistia à assimilação, no discurso dos agentes científicos. A questão da presença indígena é fundamental para o entendimento do processo de avanço da conquista territorial. Segundo Borelli(1984), até as primeiras décadas do século XX, a área cortada pelos rios São José dos Dourados, Tietê, Feio, Aguapeí, do Peixe e Santo Anastácio era considerada o “sertão” habitado pelos indígenas hostis. Ainda segundo a autora, as expedições científicas, religiosas e a formação dos núcleos de subsistência nessas regiões vão servir de base para a ressignificação e transformação dessas terras indígenas em espaços abertos para a exploração⁹. Portanto, um aspecto importante que deve ser considerado ao longo do estudo.

JUSTIFICATIVA

O projeto a ser desenvolvido busca ampliar a discussão iniciada no artigo “O saber científico nas representações do território do Oeste Paulista: O papel da Comissão Geográfica e Geológica(1905-1914)”, pesquisa elaborada em 2020 e apresentada como trabalho de conclusão de curso do bacharelado em História da PUC-SP. Neste trabalho se iniciou o estudo do processo de conquista do “sertão” a partir dos levantamentos científicos da CGG nas expedições pelos rios entre 1905-1906. A intenção daquele estudo era analisar o discurso textual e fotográfico presente nos relatórios, buscando compreender as representações da

⁸ HARLEY, John Brian. “Textos y contextos en la interpretación de los primeros mapas” [1990]. In: *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. Compilación de Paul Laxton. Introducción de J. H. Anderson. Traducción de Leticia García Cortés, Juan Carlos Rodríguez. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2005, p. 59-78.

⁹ BORELLI, S.H.S. “Os Kaingang no Estado de São Paulo: constantes históricas e violência deliberada”. In: Comissão pró-índio de São Paulo. Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração. São Paulo. Yankatu. 1984. p.45.

natureza e dos indígenas elaboradas pelos cientistas. A partir da análise das fontes e do debate historiográfico sobre a Comissão, observou-se que os espaços desconhecidos atuavam constantemente no imaginário das elites paulistas, como *fundos territoriais*, estoques de terras para onde se direciona a conquista.

A produção de conhecimento científico dos espaços desconhecidos do Oeste paulista pela CGG têm sido objeto de estudos sobre a História das Geociências no Brasil. Uma referência de destaque é a dissertação de Silvia Figueirôa *Modernos bandeirantes: a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886-1931)*. A autora analisa a participação da Comissão na cartografia e nos levantamentos de recursos naturais do território paulista a fim de viabilizar sua exploração econômica e ocupação agrícola, industrial e urbana. Destaca ainda que “coube à ciência e à técnica uma participação decisiva nesse processo, em que se confirma o papel mediador entre ciência e sociedade das instituições de pesquisa”¹⁰.

Trabalhos posteriores, como a dissertação de Cláudia Moi *Explorações do olhar: ciência e arte nas fotografias da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo*(2005). Estudo cujo objetivo se baseia na análise das séries documentais das paisagens do sertão paulista realizada nas explorações de rios empreendidas pela CGG na primeira década do XX, vem preencher uma certa ausência nos estudos referentes às paisagens fotográficas numa época e local pouco tratados: interior de São Paulo na Belle Époque. Contribuição fundamental na perspectiva da ocupação visual dos sertões por meio do recurso técnico da fotografia.

Destaca-se a relevância dos temas e fontes que são vistas, a princípio, como objetos restritos à geografia. A colocação de Moraes(1988) salienta a importância de abarcar tais questões no campo da produção histórica: “A história brasileira é um contínuo processo de expansão territorial, ainda em curso na atualidade[...] O imperativo da apropriação constante do espaço e da consolidação do espaço conquistado pode ser considerado um dos fios condutores da formação brasileira”¹¹.

A história da cartografia paulista, muito bem representada nos trabalhos de José Rogério Beier publicados ao longo da última década, também oferece um direcionamento para as novas possibilidades dentro deste campo. Em sua dissertação *Artefatos de poder:*

¹⁰ FIGUEIRÔA, Silvia. “Batedores da Ciência em território paulista: expedições de exploração e a ocupação do ‘sertão’ de São Paulo na transição para o século XX”. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.763, jul.-set. 2008.

¹¹ MORAES, Antônio Carlos Robert. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1988, p.94.

Daniel Pedro Müller, a Assembleia Legislativa e a construção territorial da província de São Paulo (1835-1849), Beier(2015) analisa o sentido do uso do termo “sertão desconhecido” nas representações cartográficas do século XIX. Propondo uma interpretação singular da questão, destaca que ao serem retratadas nos mapas como áreas vazias, espaços sabidamente habitados pelos indígenas, essas representações visuais do território exprimem interesses específicos acerca desses espaços. O autor propõe uma interpretação muito que se relaciona ao processo de apropriação das terras indígenas pelos grupos da elite local e da administração paulista, do que ao mencionado desconhecimento da região ou do isolamento dos núcleos urbanos provinciais.¹²

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Como já mencionado em outros trechos do projeto, a pesquisa a ser realizada busca estabelecer um diálogo com a geografia, em especial as contribuições conceituais e metodológicas para uma análise mais concisa dos espaços geográficos. Buscando aproximar o fazer historiográfico da História Social para uma percepção dos tempos que se entremeiam nos espaços e que se expressam nas paisagens geográficas que almejamos compreender. Contudo, é importante destacar que os conceitos da ciência geográfica não devem ser apropriados como meras metáforas para o estudo histórico, sendo essencial o esforço de recuperar estudos em que os diálogos entre as duas áreas do saber se desenvolvem. Neste sentido, é de suma importância recuperar uma concepção de Antônio Carlos Robert Moraes, que enxerga a própria geografia como um produto da história. Segundo o autor, tanto a “geografia material”(que se objetiva no espaço terrestre), quanto o “discurso geográfico” acerca de tais realidades constituem-se elementos do fluir histórico, sendo por ele explicáveis.¹³

Ainda neste sentido, de explicitar as principais referências conceituais, é fundamental para a compreensão da temática a definição das categorias “espaço” e “território”. Tomando como base as definições propostas por Milton Santos em *Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*(1978). Para Santos, então, o espaço pode ser compreendido como o resultado da ação humana sobre a superfície da terra, sendo este

¹² BEIER, José Rogério. *Artefatos de poder: Daniel Pedro Müller, a Assembleia Legislativa e a construção territorial da província de São Paulo (1835-1849)*. Dissertação(mestrado em história social) - FFLCH,USP, São Paulo, 2015.p.219.

¹³ MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005. p.23.

organizado socialmente, com formas e funções definidas historicamente, uma vez que se trata "da morada do homem, seu lugar de vida e trabalho", em constante processo de reorganização. Já o território, por sua vez, deve ser compreendido como sinônimo do espaço de uma nação, isto é, um recorte do espaço bem delimitado e regulado por grupos humanos que se entendem detentores de alguma soberania sobre ele. Trata-se, portanto, de uma categoria histórica construída socialmente que corresponde a um recorte do espaço pelo processo de formação de um Estado-nação.¹⁴ Definições que justificam o uso do termo “conquista territorial”, na análise dos processos de avanço para o oeste paulista.

Outra contribuição essencial para a discussão são os apontamentos de José Rogério Beier acerca do significado, dos usos práticos e ideológicos do termo “sertão”. Beier ressalta que para compreender a razão do uso do termo “sertão” por diferentes cartógrafos (entre os séculos XVI-XIX) é preciso reconhecer os distintos significados do vocábulo ao longo dos séculos. Segundo o autor, mais do que uma categoria geográfica, o “sertão” se manifesta enquanto um conceito, o que evidencia a mutabilidade de seu sentido ao longo do tempo. O autor analisa o uso da expressão “sertão desconhecido” no *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* (1841). Elaborado pelo engenheiro-militar Daniel Pedro Müller, o mapa estudado por Beier, ao utilizar a legenda “sertão desconhecido” para os territórios do extremo oeste dá continuidade a uma prática de representação destes espaços observada nas cartografias manuscritas do período colonial.

Rogério Beier adota uma abordagem comparativa entre os mapas da província ao longo do século XIX, verificando que cartas como a de Müller foram responsáveis por dar impulso à construção da imagem de um território que ainda possuía muitas terras a serem ocupadas, uma prática da cartografia em representar o Oeste como espaço vazio. Ainda analisando as práticas de representação da região, Beier recorre à carta *Província de São Paulo* (1868)¹⁵ destacando uma mudança notável. A legenda “Terrenos ocupados pelos indígenas ferozes” representa, segundo o autor, uma forma reveladora dos intentos da administração provincial em relação a essas terras. A categorização do entrave indígena se relaciona ao contexto do avanço da lavoura cafeeira e do começo da instalação de ferrovias em direção ao Oeste no final do século.

¹⁴ SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica* [1978]. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2004. p.143-153.

¹⁵ Carta presente no Atlas do Império, elaborado em 1868 por Cândido Mendes. in Cândido Mendes, *Província de São Paulo, Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Litographia do Instituto Philomatico, 1868, prancha XVII. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

A metodologia de análise cartográfica adotada por Rogério Beier recorre à contribuição teórico-metodológica do geógrafo britânico John Brian Harley¹⁶. O geógrafo, em seu livro *The New Nature of Maps*(2003), propõe técnicas interpretativas para o uso de mapas antigos como fontes da investigação histórica. Para Harley, os historiadores devem deixar de interpretar os mapas como imagens, passando a analisá-los como textos detentores de uma linguagem gráfica própria a ser decodificada, objetos que podem ser “lidos”. Tal como os livros, os mapas são produtos de valores culturais de sociedades específicas, cabendo ao historiador realizar uma análise em seus múltiplos contextos(processo de produção e circulação de um mapa, por exemplo).

A pesquisa a ser realizada busca adotar o método da cartografia comparativa, considerada por Harley fundamental para o historiador dos mapas. Reconhecendo a relevância da contribuição do geógrafo para o fazer historiográfico, torna-se central a elaboração de uma “cartobibliografia” para a compreensão do processo de ressignificação do Oeste paulista. O objetivo do método consiste em reunir uma série de mapas contendo representações históricas de uma mesma área, a fim de que essas cartas possam ter seus diversos elementos comparados. Dessa forma avançar para o entendimento do “conjunto complexo de forças” que deixam impregnados nos mapas os valores sociais e culturais do período e do lugar em que foram elaborados.¹⁷

PROBLEMÁTICA E FONTES

Tendo sido expostos os principais apontamentos com relação aos objetivos e aspectos teórico-metodológicos referentes à temática, direciona-se o debate para as questões a serem investigadas ao longo da pesquisa. Como destacado ao longo das demais seções do projeto, o processo da conquista territorial do Oeste paulista foi acompanhado pela produção de representações inseridas em um conjunto complexo de forças que resultaram na incorporação e produção do espaço geográfico daquilo que era tido como “sertão desconhecido”. O papel das instituições do estado ao atender os anseios da elite cultural-administrativa na produção

¹⁶ HARLEY, John Brian. “Textos y contextos en la interpretación de los primeros mapas” [1990]. In: La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía. Compilación de Paul Laxton. Introducción de J. H. Anderson. Traducción de Leticia García Cortés, Juan Carlos Rodríguez. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2005. p.61.

¹⁷José Rogério Beier e Daniel Marhtin, «Aspectos da representação do território paulista em sua cartografia impressa: uma análise cartobibliográfica (1833-1932)», Confins [Online], 34 | 2018, posto online no dia 02 abril 2018, consultado o 09 novembro 2023.

de conhecimentos estratégicos permite o levantamento de algumas hipóteses a serem colocadas.

De que forma os trabalhos da CGG e a circulação de tais produções contribuíram para a viabilização do projeto de avanço civilizatório e de conquista do sertão? Questionamento que busca se debruçar nos usos desses saberes técnico-científicos pelos agentes privados(ferroviários,empresários e fazendeiros), mas ainda nos usos políticos a nível nacional dessas produções. Quais os sentidos da eliminação dos “territórios desconhecidos” da cartografia paulista, principalmente levando em conta a percepção do território em meio ao contexto apropriação dos “fundos territoriais” com o avanço da economia agro-exportadora para essa região.

Outro questionamento a ser respondido ao longo do trabalho é com relação à questão da presença indígena. Como seria podemos relacionar as a produção de uma imagem dos indígenas kaingang como bravios e hostis a presença branca com a legitimação da expropriação de suas terras ao longo da década de 1910. Uma hipótese a ser verificada são os usos das informações com relação aos povos da bacia dos rios Feio e Aguapeí pelas companhias ferroviárias, contidas nos relatórios de 1906 da CGG, com os conflitos entre indígenas e agentes da colonização desses espaços.

Tendo delineado as questões gerais que cercam a problemática da pesquisa, é necessário discorrer sobre as fontes históricas levantadas até o momento. De maneira geral as fontes trabalhadas podem ser classificadas em três categorias: Fontes escritas(relatórios de expedição da CGG, Boletins informativos da Comissão, Discursos proferidos na Assembléia Legislativa); Fontes iconográficas(fotografias das expedições e elementos imagéticos presentes nas folhas de abertura dos relatórios); Fontes cartográficas(Mapas e Cartas Gerais do território paulista).

Se faz necessário distinguir as fontes produzidas pela Comissão Geográfica e Geológica daquelas que referenciam os trabalhos da instituição. A CGG nos seus 45 anos de existência publicou 33 relatórios, 22 boletins, 70 mapas e cartas, 30 fitas cinematográficas, infelizmente desaparecidas, aproximadamente 1.200 fotografias e farta documentação administrativo-científica. O corpo documental destacado faz parte do acervo histórico do Instituto de Pesquisas Ambientais(IPA), do Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo(IGC-SP), além de uma parcela no fundo da Secretaria da Agricultura presente no acervo do Arquivo do Estado de São Paulo. Visando objetivar e viabilizar a pesquisa neste vasto corpo documental, optou-se pela pesquisa documental do acervo do IPA, onde estão presentes os relatórios de expedição, boletins e as Cartas Gerais. Dentro do recorte temporal

escolhido pela pesquisa, a *Carta Geral do Estado de São Paulo(1910)* tem especial destaque para a análise, por ser a primeira produção cartográfica oficial a representar o território do oeste paulista sem a legenda de espaços desconhecidos.

Com relação às fontes que referenciam a produção da CGG, podemos destacar os discursos políticos proferidos na Assembléia Legislativa de São Paulo, entre os anos de 1904 e 1911. Tais discursos contribuem para a percepção do debate político acerca da conquista territorial, destacando as reivindicações dos setores agrário-empresariais com relação ao levantamento e reconhecimento do Oeste. A exaltação dos trabalhos da Comissão na transposição dos entraves técnicos do avanço da apropriação das terras também eram acompanhados do discurso de assimilação dos indígenas kaingangs.

O corpo documental de natureza cartográfica extravasa o recorte temporal das décadas de 1900-1910, pois busca se orientar na análise cartobibliográfica que abarca representações cartográficas da região de períodos anteriores e ligeiramente posteriores. Essa série documental dos mapas impressos de São Paulo desde meados do século XIX, como o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo(1841)*, a *Carta Topographica da Província de São Paulo(1847)*, o *Provincia de São Paulo, Atlas do Império do Brazil(1868)*, o *Mappa da Provincia de São Paulo mandado organizar pela Sociedade Promotora de Imigração de S. Paulo (1886)*, o *Mapa do Estado de S. Paulo, extraído do periódico O Imigrante (1908)*. Uma série de representações que são riquíssimas na construção de significados acerca da conquista territorial.

CRONOGRAMA DE TRABALHO

1º semestre 2024

Tarefas a cumprir:

- Cursar as disciplinas designadas ao primeiro semestre;
- Levantamento de fontes e de bibliografia, conforme indicações do professor orientador;
- Leituras e fichamentos iniciais da historiografia do meu objeto.

1º semestre 2025

Tarefas a cumprir:

- Cursar as disciplinas designadas ao terceiro semestre;
- Levantamento de fontes e de bibliografia, conforme indicações do professor orientador;
- Leitura cuidadosa das fontes

2º semestre 2024

Tarefas a cumprir:

- Cursar as disciplinas designadas ao segundo semestre;
- Levantamento de fontes e de bibliografia, conforme indicações professor orientador;
- Leituras e fichamentos da historiografia do meu objeto.
- Estabelecer as secções de pesquisa e a ordem em que serão abordadas.

2º semestre 2025

Tarefas a cumprir:

- Cursar as disciplinas designadas ao último semestre;
- Redação da dissertação para apresentar na qualificação;
- Realização de ajustes a partir de sugestões da banca de qualificação;

FONTES

Mapa da Província de São Paulo organizado pela Sociedade Promotora de imigração de São Paulo. Rio de Janeiro: Lith. Paulo Robin & Cia, 1886. 1 mapa color. 38 x 58 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Daniel Pedro Müller. *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo.* Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo IHGSP.

Cândido Mendes, *Província de São Paulo*, Atlas do Império do Brazil. Rio de Janeiro: Litographia do Instituto Philomatico, 1868, prancha XVII. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Mappa do Estado de S. Paulo indicando a posição das colônias existentes e em projeto. In: O IMMIGRANTE. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Anno I, n. 1, jan. 1908. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Carta Geral do Estado de São Paulo. Organizada pela Comissão Geográfica e Geológica. Engenheiro João Pedro Cardoso, Chefe. 1910. Arquivo Nacional. Fundo Francisco Bhering.

SÃO PAULO. Comissão Geográfica e Geológica. *Exploração dos rios Feio e Aguapehy: extremo sertão do Estado.* 1.ed. São Paulo: Comissão Geográfica e Geológica. 1905.

SÃO PAULO. Comissão Geográfica e Geológica. *Exploração do rio do Peixe.* 2.ed. São Paulo: Comissão Geográfica e Geológica. 1913.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIGUEIRÔA, Silvia. “Batedores da Ciência em território paulista: expedições de exploração e a ocupação do ‘sertão’ de São Paulo na transição para o século XX”. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.763-777, jul.-set. 2008.

BEIER, José Rogério. Sertão desconhecido? A representação do Oeste paulista no Mappa Chorographico da Província de São Paulo (1841). In: Tempos Históricos, v. 18, n. 2, 2014. p. 457-490.

BEIER, José Rogério. *Artefatos de poder: Daniel Pedro Müller, a Assembleia Legislativa e a construção territorial da província de São Paulo (1835-1849).* Dissertação(mestrado em história social) - FFLCH,USP, São Paulo, 2015.

BEIER, José Rogério e Daniel Marhtin, *Aspectos da representação do território paulista em sua cartografia impressa: uma análise cartobibliográfica (1833-1932)*, Confins [Online], 34 | 2018, posto online no dia 02 abril 2018, consultado o 09 novembro 2023.

BORELLI, S.H.S. “Os Kaingang no Estado de São Paulo: constantes históricas e violência deliberada”. In: Comissão pró-índio de São Paulo. Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração. São Paulo. Yankatu. 1984.

MOI, Claudia. *"Explorações do olhar: ciência e arte nas fotografias da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo"*.- Campinas, SP: [s.n.], 2005.

LUCIO, Silvana Tercila Maria Pettinato. *"João Pedro Cardoso e a ação da Comissão Geográfica e Geológica na apropriação e produção do território paulista, 1905-1931"* / - São Paulo, 2014. 2 v. : il.

MORAES, A.C.Robert. *Sertão, um “outro” geográfico*. Terra Brasilis[online], Revista da Rede brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica. 4-5| 2003.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: o historiador entre a história e a memória*. Proj. História, São Paulo (19), Nov, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução in: *História da Vida Privada no Brasil: República da Belle Époque à Era do Rádio*, São Paulo: Cia das Letras, 1998, v. 2. p. 17.

SANTOS, Milton. *Relações espaço-temporais no mundo subdesenvolvido*. Seleção de textos AGB 1, São Paulo, 1976.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*[1978]. 6ªed. São Paulo: Edusp, 2004.

HARLEY, John Brian. “Textos y contextos en la interpretación de los primeros mapas” [1990]. In: *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. Compilación de Paul Laxton. Introducción de J. H. Anderson. Traducción de Leticia García Cortés, Juan Carlos Rodriguez. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2005.

MORETTI, Franco. *Atlas do Romance Europeu (1800-1900)*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

DEAN, Warren. *A industrialização durante a República Velha* in: *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª ed., São Paulo: Difel. 1977.

MAHL, Marcelo Lapuente. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo: a história ambiental e a obra de Pierre Monbeig* .Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 13, n. 1, p. 147-158, jan.-abr. 2018.